

**Referente 2026 (Ano Base 2025)**

**Data de emissão: 15 de janeiro de 2026**

**Órgão: Ouvidoria Geral do Município de Cortês – PE**

### 1. INTRODUÇÃO

A Ouvidoria Geral do Município de Cortês-PE, no cumprimento de suas atribuições legais e em observância aos princípios da transparência e da participação cidadã, apresenta o presente Relatório de Gestão referente ao exercício de 2025, contendo o resumo das manifestações recebidas, providências adotadas e resultados alcançados no período.

O relatório tem como finalidade subsidiar o Conselho de Usuários da Ouvidoria e os gestores municipais com informações que contribuam para o aprimoramento dos serviços públicos prestados à população.

### 2. DADOS GERAIS DO EXERCÍCIO 2025

Durante o exercício de 2025, a Ouvidoria Geral recebeu manifestações por meio dos seguintes canais:

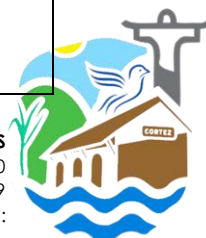
- Sistema informatizado (plataforma oficial);
- Aplicativo de mensagens (WhatsApp institucional);
- Atendimento presencial e telefônico.

Conforme os registros extraídos do sistema oficial e consolidados neste relatório, foram identificadas manifestações relevantes que apontam para áreas críticas de atuação da gestão municipal.

### 3. DETALHAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES (PROTOCOLOS 2025)

Abaixo estão listadas as manifestações integrais filtradas do relatório de 120 páginas referentes ao exercício de 2025:

Protocolo	Data	Assunto	Status
202503311703061	31/03/2025	Viohfvzsjkxd	Cancelado
202504091204151	09/04/2025	Irregularidades em aprovados em concurso municipal	Concluído
202504141904471	14/04/2025	Pedido de histórico escolar para fins profissionais	Concluído
202504231004021	23/04/2025	Horário de atendimento do Dr. Marlos	Concluído



20250424904151	24/04/2025	Solicitação de Declaração de Tempo de Contribuição (DTC)	Arquivado
202505051005331	05/05/2025	Contato do responsável pela política de segurança municipal	Concluído
202505151105051	15/05/2025	Denúncia de maus-tratos infantis e omissão do conselho tutelar	Concluído
202505151205521	15/05/2025	Denúncia de acordos escusos de conselheira tutelar	Cancelado
202505151205001	15/05/2025	Denúncia de omissão do conselho tutelar em caso de maus-tratos	Concluído
202505151205501	15/05/2025	Denúncia contra conselheiras tutelares por inação	Concluído
202505221205061	22/05/2025	Menores trabalhando em feiras (ginásio municipal)	Concluído
202505221205251	22/05/2025	Entregadores menores de idade conduzindo motos sem habilitação	Concluído
202505221205121	22/05/2025	Falta de fiscalização municipal sobre trabalho infantil	Concluído
202505221205291	22/05/2025	Presença de menores em locais de venda de bebidas alcoólicas	Concluído
202505221205581	22/05/2025	Exploração de mão de obra infantil em estabelecimentos (lanchonetes)	Concluído
202505221205041	22/05/2025	Contratação irregular de	Concluído



		menores em supermercado local	
202505221205421	22/05/2025	Trabalho noturno de menores no estabelecimento 'Vagão'	Concluído
202505221205091	22/05/2025	Evasão escolar relacionada ao trabalho precoce	Concluído
202512191012091	19/12/2025	Denúncia de uso indevido de patrimônio público (motosserra e madeira)	Concluído

#### 4. PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS

A análise qualitativa das manifestações de 2025 revela uma concentração alarmante em temas de vulnerabilidade social e integridade pública:

1. Proteção da Criança e do Adolescente: Volume expressivo de denúncias sobre exploração de trabalho infantil em feiras e estabelecimentos comerciais, além de críticas à atuação do Conselho Tutelar.
2. Conduta Administrativa: Denúncias sobre o uso de servidores e ferramentas públicas para fins particulares.
3. Recursos Humanos e Educação: Demandas sobre concursos municipais e documentação escolar.

#### 5. PROPOSTA DE AÇÕES E PLANEJAMENTO PARA 2026

Com base na recorrência de temas críticos identificados em 2025, propõe-se ao Conselho de Usuários o seguinte plano de metas para o exercício de 2026:

##### 5.1 Operação "Infância Protegida"

Criação de um cronograma de visitas técnicas conjuntas entre a Ouvidoria Geral, Conselho Tutelar e Secretaria de Assistência Social. O foco será a fiscalização administrativa e orientação de estabelecimentos (feiras, lanchonetes e comércio local) citados recorrentemente em denúncias de trabalho infantil.

##### 5.2 Protocolo de Resposta Rápida (48h)

Instituição de um fluxo de urgência interno para denúncias de maus-tratos ou exploração de menores. O protocolo estabelece que o órgão responsável (Conselho Tutelar/Secretaria) deve apresentar o primeiro despacho ou relatório de diligência à Ouvidoria no prazo máximo de 48 horas após o recebimento da demanda.



### **5.3 Combate ao Uso Indevido de Bens Públicos**

Implementação de campanha informativa interna sobre o Código de Conduta e as sanções para o uso de ferramentas, veículos e mão de obra pública para fins particulares, visando mitigar ocorrências de improbidade administrativa relatadas pela população.

Eliézio de Sousa Soares

